

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura

Série
Território
Científico

SER
TÃO
CULT

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura



Sobral-CE

2021



Diálogos sobre a Ditadura

© 2021 copyright by Editora Sertãoocult
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jersson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Telma Bessa Sales
Juliana Magalhães Linhares
Cicero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andréia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jersson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D536 Diálogos sobre a ditadura. / Antonio Jersson Lins de Freitas,
João Teófilo, Viviane Prado Bezerra. (Organizadores.). –
Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

244p.

ISBN: 978-65-87429-89-2 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-90-8 - papel

Doi: 10.35260/87429892-2021

1. Ditadura- Brasil. 2. Fontes históricas. 3. História-
Passado. 4. Pesquisa histórica. I. Freitas, Antonio
Jersson Lins de. II. Teófilo, João. III. Bezerra,
Viviane Prado. IV. Título.

**CDD 981.063
907.2**



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Organizadores

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2007) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2019). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

João Teófilo

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Foi pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV-SP. Suas pesquisas concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar, abordando temas como cultura política, imprensa, memória e Justiça de Transição. Foi um dos organizadores da coletânea “A ditadura civil- militar em Sobral: aliança, ‘subversão’ e repressão” (2017) e é autor do livro “Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar” (2019).

Viviane Prado Bezerra

Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Os entrevistadores

Alexander da Silva Braz é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra, também, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Ana Marília Carneiro é pós-doutoranda em História pelo programa CAPES Print/UFMG. É doutora e mestre em História pela UFMG e pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG (LHTP/UFMG) e da HuManas: pesquisadoras em rede.

Carolina Maria Abreu Maciel é doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde pesquisa a formação da Juventude integrante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, entre as décadas de 1980 e 1990. É licenciada em história pela mesma instituição e mestre pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Entre os anos de 2010 a 2012 estagiou na Associação 64/68 - Anistia. Desde 2012 é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas - GEPHD. Em 2019, passou a integrar o Grupo de Estudos e pesquisas de História e Gênero. Entre os anos de 2013 e 2014 foi membro da Comissão Interinstitucional da Verdade das Universidades Públicas UFC/UECE.

Edilberto Florêncio dos Santos é Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialista em Ensino de História do Ceará e em Gestão Cultural Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Sobral-CE e professor substituto do Curso de História da UVA. É Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Ceará-UFC e do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidades e outras Artes-UVA.

Gilberto Gilvan Souza Oliveira é doutorando em História Social (PPGH-UFC), é mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Atuou como educador no núcleo educativo do Museu do Ceará (2013-2014). Atualmente é professor temporário do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE) e desenvolve pesquisas em torno da história do livro, da leitura e da produção editorial.

José Valdenir Rabelo Filho é Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: regimes autoritários, memória, história oral e ensino de história.

Jucelio Regis da Costa é graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015). Doutorando em História, vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, no setor Metodologias de Ensino de História e Geografia, História da Educação Geral e Brasileira; Legislação e Organização da Educação Brasileira. Atuou como professor formador e tutor no Curso de História na modalidade EaD, pela UECE. Desenvolve estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira. Atualmente leciona no setor de ensino de História e Geografia, em Iguatu-CE, na FECLI/UECE.

Lucas Pedretti Lima é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em História Social da Cultura (2018) e graduado em História (2015) pela PUC-Rio. Integra o Núcleo de Memória e Direitos Humanos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). Foi pesquisador do Instituto de Estudos de Religião (ISER). Foi estagiário da Comissão Estadual da Verdade do Rio, sendo efetivado como assessor em julho de 2015. Foi assessor da Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade de janeiro de 2016 a agosto de 2017. Colaborou com o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição”, do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio.

Marina Mesquita Camisasca é doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mestrado (2009) e graduação (2005) na mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de História Oral (NHO) e do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), ambos da UFMG. Possui experiência em história institucional e empresarial trabalhando na redação e editoração de livros, organização de arquivos, centros de memória e exposições. Realiza pesquisa na área de História Agrária, História do Brasil Republicano e História da Ditadura Militar.

Rafael Júnior dos Santos é graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2019). Atualmente é professor efetivo da Rede Municipal de Sobral. Participou do Programa de Educação Tutorial-PET (MEC/SeSu) de 2013 a 2016. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História e Cultura Política, da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Participa do Grupo de Pesquisa História e documentos: reflexões sobre fontes históricas, da Universidade Federal do Ceará-UFC. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura política, memória, discurso, Ditadura.

Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora - Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral e reestruturação produtiva. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE) e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011, onde é líder do Grupo de Pesquisa de História Oral.

Vera Lúcia Silva é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Publicou, junta a Ana Selma Silva de Aguiar, o livro “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.

Prefácio

Nas duas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de pesquisas sobre o período autoritário de duas décadas iniciado como o Golpe de 1964, no qual os militares estiveram no centro e no controle do poder político no Brasil. Além desse crescimento, houve um notável alargamento do conjunto de temas investigados. Novas abordagens, novos objetos e novos problemas somaram-se aos trabalhos mais antigos, marcados principalmente pela busca de se compreender a dinâmica política do período. Em particular, destaca-se a preocupação em integrar uma dimensão cultural ao acervo anterior de pesquisas.

Falta ainda, contudo, refletir mais sobre esse conjunto de estudos, num exercício de auto reflexividade da parte da própria comunidade de pesquisadores. Este livro vem, em boa hora, contribuir para reduzir esse déficit. Destaco três de suas qualidades. Uma, de não restringir a seleção dos entrevistados a pesquisadores do triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Outra, a de incluir pessoas de diferentes gerações acadêmicas. Finalmente, o foco nas trajetórias de pesquisa dos entrevistados, com suas opções, apostas e acasos.

Aparecem, ao longo das entrevistas, importantes reflexões sobre diferentes dimensões desse conjunto de experiências de pesquisa. Elas vão desde a natureza das fontes disponíveis, incluindo questões relacionadas ao seu acesso, até discussões mais gerais sobre conceitos utilizados na análise, passando pelas configurações mutáveis da memória sobre o período. Ganham também destaque, nas entrevistas, os desafios de se fazer uma história tanto do “tempo presente” quanto uma “história pública”, imersas nos debates contemporâneos. Tudo isso, num terreno minado pela

“pós-verdade”, pelas *fake news*, por negacionismos de várias ordens e pela dinâmica vertiginosa das redes sociais.

Mais do que a narrativa de produtos acabados de diferentes pesquisas, que aparecem melhor em livros e artigos acadêmicos, pode-se nessas entrevistas acompanhar o processo de “artesanato intelectual” em ação, de que fala Wright Mills. Nesse sentido, o livro certamente servirá de inspiração a jovens pesquisadores que se dedicam (ou que se dedicarão) ao tema.

Celso Castro

Professor, FGV CPDOC

A série Território Científico

O ato da escrita é um ato solitário, mas antes dele se concretizar, o autor precisa colecionar experiências, conhecimento, compartilhar ideias, trocar vivências com outras pessoas, ouvir novas histórias, enfim, ser impactado pelo convívio social, por aquilo que só é possível ser construído coletivamente.

E é exatamente a capacidade de nos conectarmos fisicamente que, embora já viesse sofrendo declínio nos últimos anos, foi mais afetada pelo atual cenário de pandemia no qual estamos inseridos. A Covid-19, além de uma ameaça real à vida das pessoas, levou ao extremo o processo de distanciamento que já experimentávamos. Ficar longe deixou de ser apenas um reflexo da rotina acelerada destas primeiras décadas do novo milênio. Graças ao vírus, tornou-se questão de sobrevivência.

O isolamento atingiu todos os aspectos da vida humana, e a produção do conhecimento científico não foi menos afetada, ainda mais em um país no qual atualmente essa produção já vinha sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela são encarados quase como inimigos do Estado. Nesse cenário, torna-se mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Assim nasceu o *Território Científico*, uma iniciativa que visa não apenas aproximar renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento entre si, mas possibilitar que compartilhem suas trajetórias, dificuldades e experiências com aqueles que escolherem seguir seus passos.

Com isso em mente, a *Editores SertãoCult* apresentou aos membros de seu conselho editorial a proposta de juntos promovermos uma série de

diálogos com pesquisadores que são referência em suas áreas de atuação, nos quais fazem um pequeno apanhado de suas trajetórias. Cada conjunto de diálogos ao final são transcritos e editados, compondo livros distribuídos gratuitamente no formato digital e oferecidos à venda em formato físico.

A série tem início com este volume, dedicado a um tema tão relevante, especialmente em nossa atual conjuntura político-social: a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, onze grandes historiadores que se dedicam a esta temática nos honraram ao aceitar contribuir com este projeto, dialogando com outros historiadores igualmente talentosos, nos brindando, nas próximas páginas, com uma verdadeira aula de como pesquisar um período tão sensível da história brasileira.

Não poderíamos estar mais orgulhosos do resultado deste esforço conjunto, que nos estimula a seguirmos empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Obrigado a todos que ajudaram neste primeiro passo da *Série Território Científico!*

Que venham os próximos volumes!

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

Apresentação

A temática da ditadura militar brasileira passou por importante expansão nos últimos anos em relação às pesquisas desenvolvidas. É certo que por longo tempo ficou restrita a outras áreas, como a sociologia e a ciência política, e apenas posteriormente os historiadores resolveram tomá-lo como objeto de estudo. Há algumas razões para isso, dentre as quais destacamos certa resistência na área de história em pesquisar temas próximos a nós no tempo, além da dificuldade de acesso às fontes. Atualmente, esse cenário é diferente: a história do tempo presente/história recente é uma área em expansão no Brasil e muitos fundos documentais ligados ao Estado repressivo, por exemplo, estão acessíveis aos pesquisadores, alguns dos quais ainda pouco explorados.

Iniciar uma nova pesquisa representa grande desafio, sobretudo para aqueles iniciantes que, ao final de seus cursos de graduação, precisam encontrar um tema/objeto que venha a se transformar em suas monografias, em seus trabalhos de conclusão de curso. Logo, muitas são as dúvidas e inseguranças. Saber por onde começar é uma questão difícil; após começar, as dúvidas continuam ao longo da pesquisa. É algo intrínseco ao processo e, claro, também faz parte da vida de pesquisadores mais experientes.

O contato com a obra de historiadores e historiadoras que pesquisam ditadura nos põe diante de um universo complexo que ainda tem muito para ser estudado, apesar dos avanços recentes. Ocorre que nem sempre o percurso de pesquisa está visível nesses trabalhos. E mais: as questões que antecedem a produção desses estudos, mas também que acompanham a escrita, nem sempre estão perceptíveis. A menos que conversemos com essas pessoas, ficará difícil saber detalhes do que poderíamos chamar de bastidores da pesquisa ou *behind the scenes*.

Este trabalho que agora apresentamos, através de entrevistas com historiadores e historiadoras, traz vários elementos desses bastidores e nos põe em contato com seres humanos, de carne e osso, que tiveram suas inquietações, dúvidas, mostrando que seus caminhos quase nunca são lineares. Eles nos põem em contato também com seus processos de formação e com as questões que permearam suas principais pesquisas. Trata-se de material de grande utilidade, que poderá servir de inspiração, de guia, para aqueles que desejam iniciar na área ou melhor conhecer suas especificidades.

Na escolha dos convidados, preocupou-nos não apenas selecionar pesquisadores com trajetórias e formações diferenciadas - de modo a incorporar ao trabalho experiências que, fugindo dos meios tradicionais de atuação, contemplam o uso de novas ferramentas para a produção e divulgação do conhecimento histórico, a exemplo da Internet. Mas, buscamos diversificar, dentro das possibilidades, seus lugares de atuação, contemplando profissionais de outras regiões do país que não apenas o Sudeste. Além disso, e não menos importante, buscamos elaborar um trabalho equilibrado do ponto de vista de gênero, pois sabemos das invisibilidades que também estão presentes no mundo acadêmico, nem sempre dando a devida atenção que merece ter as pesquisas feitas por mulheres.

Juntou-se a nós nesta empreitada um time de entrevistadores cuja escolha também se pautou pelas questões anteriormente colocadas. Conhecedor dos trabalhos e trajetórias de seus entrevistados, esse time contemplou nas perguntas questões essenciais que ajudam a evidenciar os propósitos deste projeto, abordando temas de pesquisa, mas também trajetórias, uma vez que essas duas dimensões guardam entre si grande proximidade, havendo, em alguns casos, uma mútua influência. Noutras palavras, entrevistadores e entrevistados trilharam um caminho que mostra ao leitor que as escolhas de temas e objetos de pesquisa também derivam de histórias de vida, sendo um processo permeado por subjetividades, por questões pessoais.

Diante do contexto de produção deste livro, marcado por discursos que buscam negar ou relativizar a ditadura militar, entendemos que o conhecimento histórico é importante antídoto. Esperamos, pois, que nosso esforço possa servir de inspiração para trazer para nosso campo de atuação novos nomes. E mais: que aqueles que tenham interesse no tema, mas sem ne-

cessariamente desejar ingressar na área, possam vislumbrar que a construção do conhecimento histórico é baseada em método, em erudição, em consulta a fontes, em crítica documental. O historiador trilha com seriedade um longo caminho até chegar às suas conclusões. Pode parecer óbvio, mas não custa reforçar: história não é opinião.

Ao encerrar esta apresentação, não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que tornaram este projeto possível, em especial nossas entrevistadoras, entrevistadores, entrevistadas e entrevistados, e à Editora SertãoCult, que fez o convite e nos confiou a importante missão de tornar real algo dessa magnitude.

Jerfson Lins

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Organizadores

Sumário

Ana Rita Fonteles Duarte.....	18	Doi: 10.35260/87429892p.18-37.2021
Carlos Fico.....	38	Doi: 10.35260/87429892p.38-57.2021
Caroline Bauer.....	58	Doi: 10.35260/87429892p.58-80.2021
Aírton de Farias.....	82	Doi: 10.35260/87429892p.81-102.2021
Edvanir Maia da Silveira.....	104	Doi: 10.35260/87429892p.104-126.2021
Marcos Napolitano.....	128	Doi: 10.35260/87429892p.128-142.2021
Samantha Viz Quadrat.....	144	Doi: 10.35260/87429892p.144-165.2021
Paulo César Gomes.....	166	Doi: 10.35260/87429892p.166-181.2021
Sônia Maria de Meneses Silva.....	182	Doi: 10.35260/87429892p.182-202.2021
Rodrigo Patto Sá Motta.....	204	Doi: 10.35260/87429892p.204-223.2021
Valéria Aparecida Alves.....	224	Doi: 10.35260/87429892p.224-242.2021



Samantha Viz Quadrat é formada em História pela Universidade Federal Fluminense, onde fez o seu doutorado e atualmente é professora de História da América Latina Contemporânea. Pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) na mesma instituição e bolsista de produtividade do CNPq, Samantha Quadrat é especialista nos temas da ditadura do Cone Sul, lugares de memória e consciência, memória e violência política, juventude e ensino de história.

Samantha Viz Quadrat

Viviane Prado Bezerra
José Valdenir Rabelo Filho

Embora a República brasileira sempre tenha sido extremamente violenta com os movimentos sociais e políticos opositores. Não é a ditadura quem inventa isso. Aliás, eu acho que isso também é um desafio para o jovem pesquisador, é saber que a ditadura dá mais continuidade do que ruptura a processos brasileiros da direita, de empresários.

Território Científico (TC): Professora, poderia falar um pouco sobre sua trajetória acadêmica e como você encontrou, ou se encontrou com o tema da ditadura militar?

Samantha Quadrat: Eu entrei na UFF para estudar História Antiga, que era minha paixão até então, mas ela só durou um semestre, o primeiro de graduação. Não me identifiquei com nada daquilo. Além disso, tive uma grande influência na minha graduação, que repercutiu sobre a minha vida profissional e pessoal. Essa referência de professor, de pesquisador, foi o Francisco Carlos Teixeira da Silva. O Chico Carlos, como ele é conhecido, era uma das pessoas que dentro da UFF estava discutindo a História do Tempo Presente. Eu me formei na primeira metade da década de 1990, me formei em 1995. Então, o tema História do Tempo Presente ainda estava chegando, embora a gente já tivesse algumas poucas teses e pesquisas na área de História sobre ditadura, esse campo estava ganhando força naquele momento. E o Chico Carlos foi uma pessoa que acreditou incentivou muito para que eu estudasse a ditadura. Ouvi na minha primeira apresentação na ANPUH Regional, por exemplo, que eu fazia jornalismo

e tal, que aquilo não era para ser estudado. Para uma jovem pesquisadora era muito difícil esse tipo de enfrentamento. Nesse sentido, ele foi uma pessoa determinante para que eu acreditasse que era possível fazer História do Tempo Presente no Brasil, e que a ditadura poderia ser uma boa referência. Seria o “início” da nossa história recente. Isso nos anos 1990.

Comecei estudando humor. Olha só que curioso! Eu estudei o humor no Pasquim, principalmente, um humor que se referia às mulheres num tom muito machista, misógino, e eu então questionava que esquerda era aquela. Uma esquerda que eu tinha acesso em casa porque meus pais liam o Pasquim desde sempre. Entrei no Mestrado com esse projeto, propondo fazer uma discussão do humor no Estado Novo e na ditadura em perspectiva comparada, na época, muito influenciada pela leitura de Bakhtin¹. Só que no Mestrado tive uma grande “crise de identidade”, de projeto. No fundo, me dei conta que tinha muita temática a ser explorada e comecei a estudar muito, ler muito sobre ditadura, tudo o que tinha publicado eu lia. Mas ainda não sabia o que queria estudar. Eu já tinha, na minha adolescência, lido muito sobre ditadura, livros de memória, como *O que é isso, companheiro?*² e *Os Carbonários*³, além do *Brasil: nunca mais*⁴ e me interessava pelo tema. Mas foi no Mestrado que realmente comecei a estudar, a aprofundar os estudos da direita, que era uma área que o Chico Carlos também vinha consolidando. E foi ali que me achei em termos de pesquisa, nos estudos sobre a violência política no Brasil. Foi então no mestrado comecei a pesquisar os serviços de informação e de repressão no país. Neste período, eu já era muito apaixonada pela América Latina, havia sido monitora e bolsista de iniciação científica na área, e passei a estudar, também, as ditaduras latino-americanas. Isso lá no final dos anos 1990, início dos 2000. Com internet discada, com poucos livros traduzidos, tudo

1 BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 2008.

2 GABEIRA, F. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

3 SIRKIS, A. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. 1. ed. e-book. Rio de Janeiro: TIX, 2014.

4 ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil**: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

era muito difícil. Não era essa facilidade que a gente tem hoje. Com leis de acesso à documentação que não permitiam tanto acesso, com pouca documentação sobre ditadura, com poucos professores especialistas na história da ditadura para te orientar ou para oferecer disciplinas sobre o período. Então, também tinha esse desafio, era um campo que nas Ciências Sociais e Políticas vinha mais avançado, mas na História você tinha pouca gente que estudasse o tema.

Foi no Doutorado que eu incluí a questão da América Latina, através do Plano Condor, pensando na repressão conjunta, nos laços de solidariedade em resposta. Nesse momento, tive uma oportunidade que, para mim, foi fundamental em termos formação. Eu participei do Projeto Memórias de la represión, do *Social Science Research Council*, coordenado pela Elizabeth Jelin, pesquisadora argentina que é uma referência nos estudos sobre memória, e o Carlos Ivan Degregori, professor peruano infelizmente já falecido. Era um projeto que reunia brasileiros, argentinos, chilenos, paraguaios, peruanos, uruguaios e estadunidenses. Foi aí que dei um grande salto em termos de leitura sobre memória, porque tive acesso a artigos e textos que não circulavam no Brasil naquela época. Veio a discussão de trauma, que é uma coisa que agora no Brasil a gente começa a discutir, sabe? Foi em 2001 que eu fui bolsista. Durante um ano a gente fez a pesquisa. Isso virou uma grande coleção, que se chama *Memórias de la represión*, que não saiu em português, infelizmente. O projeto durou três anos. Então, muitos jovens pesquisadores que participaram desse projeto, hoje, são referências no campo dos estudos da memória e da repressão em seus países. Foi uma experiência que eu nunca mais vivi em termos acadêmico, pessoal e profissional. Uma experiência tão rica em termos de leitura com bibliografia latino-americana, estadunidense e europeia e de intensos e francos debates. Assim como de troca, de pensar a história desses países, de aprendizagem. Foi um momento que eu vi que a gente já produzia uma historiografia latino-americana refinada sobre a ditadura que precisa ser lida e reconhecida pelos pesquisadores da área. Para além de ler só os europeus, os estadunidenses, a gente também tem que ler os vizinhos, porque eles, assim como nós, no Brasil, também produzem uma historiografia, enfim, referência em termos de estudos de ditadura e de

memória. E foi assim, fiz o mestrado, doutorado, já estudando... As pessoas me chamavam a garota da repressão. Era horrível! Foi nesse momento que me fixei no campo dos estudos da repressão, embora, para essa pesquisa do Social Science, que eu falei para vocês, eu tenha pesquisado o rock brasileiro dos anos 1980. Porque o tema era juventude, como a juventude lembrava a ditadura, e aí, o tema da juventude também entrou fortemente na minha trajetória. Eu hoje sigo trabalhando. Eu tive uma época que muitos orientandos só estudavam juventude, em vários aspectos: cartunistas, rock, cinema, contracultura. O que foi muito importante, também, para eu me achar nesse campo do estudo da repressão, da memória, da juventude, do ensino da ditadura e hoje, dos lugares de memória e consciência.

TC: Poderia falar para nós quais são suas pesquisas hoje?

Samantha Quadrat: Eu transito muito por alguns temas. Eu continuo estudando a repressão. Acho que esse tema é a minha grande referência em termos de pesquisa. Hoje, eu estou aprofundando os estudos do Serviço Nacional de Informações, o SNI, e as relações transnacionais que ele estabeleceu. O SNI, assim como a Polícia Federal, que hoje a Priscila Brandão⁵, na UFMG, estuda, foram dois órgãos que saíram muito bem na transição e na memória da repressão. Tem uma imagem ali, dos anos 1980, muito negativa do SNI, mas, à medida que a gente foi conhecendo e documentando ações do DOI-CODI e demais órgãos militares, o SNI foi ficando um pouco de lado. Pensei que a partir da nova documentação disponível no Arquivo Nacional, oriunda de vários fundos, era uma boa hora de voltar a estudar o SNI, inclusive, porque ele era o grande ponto de interlocução com os países da América Latina e com os Estados Unidos. Então, acho que hoje, em termos de pesquisa, realmente a questão da repressão segue sendo o meu interesse principal.

Mas eu sou uma pessoa muito inquieta, e eu não consigo trabalhar só com um tema. Em paralelo, eu tive dois projetos anteriores a esse, aprovados pelo CNPq, que eram sobre o ensino das ditaduras.

5 Priscila Carlos Brandão é professora associada da Universidade Federal de Minas Gerais e autora dos livros: BRANDÃO, Priscila Carlos. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX.** São Paulo: FGV, 2002. BRANDÃO, Priscila Carlos. **Serviços Secretos e democracia no Cone Sul: premissas para uma eficiente, legítima e eficaz.** Niterói – RJ: Impetus, 2010.

Eu sempre fui professora, fiz o antigo curso normal no Instituto de Educação de Niterói. Então, já dou aula desde 1994. Passei por todos os níveis da educação e sentia muita falta desse diálogo com a educação básica, que me formou como professora. Já havia participado de alguns cursos de extensão para professores e eu achei que era um bom momento esse retorno às origens. Daí que desenvolvi dois projetos que tinham como eixo a reflexão de como a democracia ensina a história da ditadura no Brasil, Argentina e Chile. No primeiro projeto, onde eu discuti a questão de currículo, legislação, como cada país se organizou para esse ensino, que já havia começado a ser feito na própria ditadura, ainda que de uma maneira muito tímida, muito contida e voltado para a exaltação do governo e seus valores. Dessa maneira, fui pesquisar como na democracia a sociedade e os próprios governos elaboraram para as próximas gerações o passado ditatorial recente. E, de certa forma, como elaboravam a própria democracia recém retomada. Eu fiz desse primeiro projeto um raio X dessas iniciativas. Nessa ocasião visitei muitos ex-centros de tortura agora recuperados e abertos para visitação. Foi dessa vivência que surgiu o segundo projeto, já específico sobre lugares de memórias e consciência nas Américas, pensando como esses espaços abordam a questão do ensino, quais iniciativas possuem para a educa o básica, que história e memória da ditadura constroem. Eu trabalhei com Argentina e Chile, que são os países que normalmente mais trabalho. Nesse projeto, resolvi acrescentar novos desafios e pensar outras histórias que não apenas as ditaduras do Cone Sul e países. Incorporei o memorial de 68, no México, e o Museu do Holocausto, construído em Washington, EUA. Então, quais eram as propostas desses lugares, que são lugares visitados, majoritariamente, por escolas? Como eles ensinam esses temas sensíveis? Como e quando você começa a falar sobre violência? A partir de que idade você pode falar sobre violência em níveis tão intensos praticados pelo Estado? De que forma você aborda violência? De que forma você aborda a ditadura ou o bin mio ditadura/democracia? Toda estrutura que é montada nesses lugares para receber escolas e, também, para formar professores, o que foi um ponto importante. Esses projetos seguem. V o sair alguns textos sobre eles ainda. V o sair dois livros

escritos por mim e mais duas coletâneas organizadas, onde tem essa proposta e, junto com isso, eu fiz um projeto de extensão que a pandemia interrompeu.

Eu passei desses projetos a fazer muitas atividades para professores da educação básica, que são grandes parceiros. Hoje, a ditadura é um tema que a pessoa chega com opinião, chega com informação, que ouviu em algum lugar, na família, na imprensa. Uma reflexão sobre o ensino dessa ditadura, porque eu tinha uma preocupação, inclusive, mesmo sendo uma pessoa do estudo da repressão, eu detectava que, e eu passei por isso quando fui professora de educação básica, que a gente sempre acha que para causar empatia às vítimas e a condenação da ditadura, a gente tem que, majoritariamente, falar da repressão. E nessa experiência eu cheguei à conclusão de que isso, na verdade, não estava gerando os resultados que a gente esperava, porque muitas vezes, o aluno não se identificava, ouvia de casa: *“Ah, eu não estava metido em bagunça”*. Então, na verdade, eu comecei a pensar nessas reflexões, que o ensino da ditadura tem que mostrar que toda a sociedade foi atingida. Então, você tem que trabalhar melhor a parte dos mundos do trabalho. Como a classe trabalhadora perdeu radicalmente direitos com reformas trabalhistas, com perdas salariais, com arrocho salarial. Mostrar que a censura atingia a todo mundo. Então, as reflexões de que o ensino tem que falar sim de violência, até porque a gente tem um Estado extremamente violento até hoje. Isso tem que ficar claro para o estudante, para os jovens. O Estado tem que respeitar os direitos humanos, porque os direitos humanos precedem qualquer tipo de Estado e que todo mundo é vítima numa sociedade ditatorial. É atingido de alguma maneira em maior ou em menor escala. Então, esse foi um ponto. Mas, hoje, eu voltei muito para questão da repressão, de que eu tinha ficado um pouco afastada, e também dos direitos humanos. Recuperar um pouco essa história dos direitos humanos na América Latina é com o que eu trabalho hoje. Os anos oitenta é um tema que eu também tenho verdadeiro fascínio e eu acho que a História ainda não estudou direito. Eu acho que esses anos oitenta e a transição ainda têm muito, muito que ser estudado. Talvez seja o meu próximo projeto

de pesquisa. Ando pensando muito nisso. Em pensar esses anos 80 para além da questão estritamente ligada ao debate político formal.

TC: Quais são os desafios para o estudo da ditadura hoje, pensando nessa relação Brasil e outros países latino-americanos? Por que é importante estudar a ditadura? E, se possível, aprofunde um pouco mais por que, também, é importante estudar os anos oitenta.

Samantha Quadrat: Olha, pensando metodologicamente a questão da ditadura, eu acho que hoje a gente tem muito mais documentação do que a gente tinha quando eu fiz o meu mestrado. Inclusive, meu doutorado. Eu lembro que quando a lei mudou a política de acesso e a gente pôde finalmente ver a documentação, isso graças ao trabalho da Dilma Rousseff, quando foi ministra da Casa Civil e depois como Presidenta, de proporcionar o acesso a essa documentação. Eu lembro que quando eu cheguei e vi uma parte da documentação no Arquivo Nacional, a minha vontade foi sentar e chorar, porque eu teria feito outra tese, outra dissertação. Então, eu acho que isso é o desafio do tempo presente. Primeiro, a questão dos acessos aos arquivos. A gente vai ter sempre uma lacuna no caso dos arquivos militares, infelizmente, e eu acho que é saber trabalhar com essa adversidade. Uma coisa que o jovem pesquisador precisa sempre refletir no caso das ditaduras é sobre que documentação aquele autor tinha acesso quando escreveu seu livro. Então, você pensa os livros, por exemplo, do Carlos Fico, "*Como eles agiam*"⁶, então, que documentação o Fico tinha quando escreveu aquele livro? Ou a Maria Helena Moreira Alves⁷, que tem um dos primeiros livros, que documentação ela consultou? Eu acho que isso é importante, porque a gente tem que historicizar, também, a história da pesquisa da ditadura no Brasil. Então, acho que o primeiro passo é conhecer esses arquivos. O Brasil é o país da América Latina que tem o maior acervo sobre sua ditadura. O Paraguai também tem um bom acervo. Mas o Brasil, no caso de documentos produzidos pela ditadura, é uma referência, com uma lei de acesso que a gente tem que valorizar e tem que lutar para que ela continue existindo.

6 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, Record, 2001.

7 MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Eu acho que, então, o desafio é esse. É você ter documentação. Lidar com essa frustração de saber que alguma documentação você não vai ter acesso, que é o caso dos militares, infelizmente. Uma falha da nossa democracia. Além disso, é refletir sobre a verdade em documentos produzidos pela repressão. Eles são feitos para incriminar o outro, tem uma lógica repressiva, acusatória e que tende a atacar a moral do investigado. Temos que ficar atentos ao caráter da documentação. Além disso, acho que, no início para mim, como jovem pesquisadora, o mais difícil foi saber lidar também com os contemporâneos à época. Então, saber que você, sim, pode ir num congresso e alguém te questionar, principalmente, quando você vem com um tema muito diferente do que já foi pesquisado ou você vem dizendo outra coisa sobre algo que já está sacralizado pela memória e pela historiografia. Então, é saber que seus críticos e seus interlocutores não serão, necessariamente, historiadores ou os historiadores especialistas no tema. E você tem que estar preparado para lidar com isso, como professor, inclusive. E tem que conhecer muito bem a historiografia do que você está falando, quem pesquisou e o que pesquisou. Tem muita coisa ainda na ditadura brasileira para ser estudado, mas você já tem muitos caminhos abertos sobre o apoio da imprensa à ditadura, como a tese da Beatriz Kushinir, “*Cães de Guarda*”⁸, repressão, os livros do Carlos Fico. Você tem o Marcos Napolitano e Miliandre Garcia com a produção cultural. Então, as pessoas chegaram, aos trancos e barrancos, sem acesso, muitas vezes, à documentação e fizeram brilhantes teses.

E, outro desafio, eu acho que é a preguiça do arquivo, que hoje eu detecto muito nos mais jovens. “*Ah, está tudo online*”. Então, não tem o fascínio de ir ao arquivo, que eu continuo achando que é fundamental. Nem tudo está online. E a segunda parte, por que? Eu acho que os dias que a gente vive hoje é uma parte da resposta, de pessoas defendendo gravíssimas violações aos direitos humanos e defendendo torturadores, como é o caso da defesa do Carlos Brilhante Ustra.⁹ Toda essa discussão de uma memória positiva da

8 *KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988.* São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

9 Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército, um dos órgãos atuantes na repressão política, durante o período da ditadura militar no

ditadura, inclusive, promovida pela própria imprensa, de que foi uma “ditabranda”. De que a gente não teve tanta violência como os países vizinhos tiveram. Eu acho que é fundamental que a gente lide com esse passado recente, porque isso implica em políticas de memória e políticas de reparação às vítimas da violência do Estado e implica, também, em várias consequências do que a gente vive hoje. Embora a República brasileira sempre tenha sido extremamente violenta com os movimentos sociais e políticos opositores. Não é a ditadura quem inventa isso. Aliás, eu acho que isso também é um desafio para o jovem pesquisador, é saber que a ditadura dá mais continuidade do que ruptura a processos brasileiros da direita, de empresários. Por outro lado, a ditadura interrompe processos, projetos e debates das esquerdas num sentido amplo nos anos 1960. É preciso voltar ao golpe de 1964, mostrar o que a ditadura interrompeu na educação, na cultura, na economia e em um projeto nacional. A gente tem que explicar isso para a sociedade. Como foi possível desaparecer pessoas? Como foi possível reprimir? Como foi possível a gente viver vinte e um anos sob uma ditadura? Como tantos projetos que vinham se mostrando importantes para a superação das desigualdades sociais e históricas foram ceifados? As razões disso ter acontecido. O historiador tem que promover essa reflexão e dar essas respostas para a compreensão da própria dinâmica da democracia brasileira.

Mas a gente tem um presidente, hoje, que fez uma campanha valorizando o período da ditadura, está cercado por militares. Isso é um problema dos anos 1980 e que faz com que eles, hoje, estejam no governo como a gente nunca tinha visto desde 1985.

Embora a República brasileira sempre tenha sido extremamente violenta com os movimentos sociais e políticos opositores. Não é a ditadura quem inventa isso. Aliás, eu acho que isso também é um desafio para o jovem pesquisador, é saber que a ditadura dá mais continuidade do que ruptura a processos brasileiros da direita, de empresários.

Brasil e torturador condenado. Tornou-se mais conhecido devido à apologia a seu nome, feita pelo então deputado Jair Bolsonaro, quando do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, numa clara alusão à tortura sofrida por Dilma durante sua prisão no período da ditadura.

Como eles voltaram tão rapidamente ao poder? Eu tenho algumas hipóteses. Penso que todo esse debate sobre a memória da ditadura incomodou muito a esses militares, que têm um sonho de reescrever essa memória e essa narrativa e viram no governo Bolsonaro uma chance de conseguir isso. Mas a gente hoje tem um campo da história muito consolidado, inclusive, da imprensa, de outros órgãos com quem é difícil você, enfim, chegar e derrubar essas questões. Por isso quero voltar aos anos oitenta, para entender essa memória, a presença de algumas figuras no cenário político, os acordos que foram feitos, da entrada de novos movimentos sociais, da ampliação dos discursos dos direitos humanos para mulheres, a questão antimanicomial. Há um *boom* nesses anos oitenta. Então, acho que esses anos oitenta têm... eu tenho sido franca defensora e incentivadora dos estudos dos anos oitenta pela história, até produção cultural a gente tem um cenário riquíssimo, culturalmente falando, de cinema, música, teatro, literatura, eu acho que a história tem ainda essa dívida. A gente ficou muito acomodado: *“Ah, uma transição negociada, pactuada, onde os militares continuaram no poder”*. Mas qual é o dia a dia dessa transição? O que permite isso? Até a própria discussão da Anistia, que muita gente quer dar como encerrada. Eu acho que a Anistia é o início da construção de uma teoria dos dois demônios no Brasil. Ou seja, é um início de que houve violência de ambos os lados e, logo, nós temos que nos perdoar, esquecer e seguir adiante. Tem ainda o cenário internacional para ser pensado nessa transição, nessa crise econômica e no fim da Guerra Fria. Temos que integrar esses estudos.

A ditadura e a transição são um desafio maior hoje em dia no sentido de debates políticos, uma memória que não passa, é um tema sensível da nossa história, que está sempre voltando. Então, a gente tem que estar preparado, também, para essa cobrança da sociedade sobre explicações, sobre entender, o que foi isso, como isso foi possível e encarar os negacionistas e os entusiastas de governos autoritários. E trabalhar junto com outros setores para e impedir que isso retorne. Eu acho que isso também é fundamental e parte não só da pesquisa, como do ensino.

TC: Uma questão que você começou a pontuar que, talvez, possa aprofundar, é com relação aos temas sobre o período da ditadura. Muitos temas já foram estudados, mas muito, também, ficaram centrados nas regiões Sul, Sudeste, nos grandes centros urbanos. Quais outros temas que você acha que foram pouco aprofundados, ou são temas tabus, com relação ao período da ditadura, aqui no Brasil e na América Latina, também?

Samantha Quadrat: Eu acho que a ditadura ainda tem muita coisa para ser estudada, seja no Brasil, seja na América Latina. Nem a luta armada, por exemplo, que é um tema muito estudado, foi esgotado. Gostei dessa sua pergunta da ideia do Sul e Sudeste. O Sul e Sudeste dominaram toda a pesquisa, a produção historiográfica sobre ditadura durante muito tempo, porque não tinha essa interiorização do ensino superior no Brasil que a gente viveu nos últimos anos. E você tinha, então, esses centros que produziram muita coisa sobre ditadura. E eu acho que é fundamental que a gente pense qualquer ditadura não só na questão nacional, mas também na questão local e regional. Eu acho que o Sul e Sudeste construíram, por exemplo, uma cronologia da ditadura: 1964, o golpe; 1968, o AI-5; 1979, a Anistia. Em 1974, o início da transição. Então... que os anos de maior repressão são a partir de 1968 até 1973. Isso é uma cronologia construída pelo Sul/Sudeste, pelo Sudeste, na verdade, não é nem pelo Sul, é pelo Sudeste. Mas, por exemplo, se você sai daqui, você vai ver que a cronologia de outros Estados, ou de outras localidades, não é a mesma. Então, eu acho que a gente construiu um grande calendário nacional, uma grande cronologia nacional, que quando você sai do Sudeste... Será que a memória sobre a repressão de alguns lugares do nordeste onde atuavam as Ligas Camponesas é a mesma? Outro exemplo é o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick. O sequestro do embaixador é uma referência dos Estados Unidos, como demonstrou Pamela Almeida em sua tese de doutorado defendida na USP. É uma referência muito forte aqui no Rio de Janeiro, que talvez não seja no Cariri, por exemplo. Então, acho que é pensar o impacto da ditadura no país. É sair do Rio, São Paulo e de Minas e interiorizar essa pesquisa. Eu acho que isso é pensar porque a gente tem memórias tão distintas da ditadura, temporalidades distintas no país, o

que permite que você tenha uma cidade chamada Medicilândia. Isso você tem que entender, saber essa história e conhecer essa dinâmica. Eu orientei muita gente que não era do Rio e isso, para mim, foi um grande aprendizado. Então, acho que isso é mais do que urgente, é fundamental. Isso tem a ver com o crescimento da universidade, da pós-graduação no Brasil, nos últimos anos, principalmente, nos anos do governo do PT. A gente tem que dar nome às coisas. Foi fundamental para a gente ter essa ampliação do leque e representou um avanço e consolidação das pesquisas sobre ditadura no Brasil. Além, claro, da própria internacionalização e do diálogo com pesquisadores de outros países, bem como acesso às fontes estrangeiras.

Você perguntou dos temas. Tem muita coisa para ser estudada ainda. Há pouco tempo revi o documentário *Soldados do Araguaia*, onde você vai entender quem eram os soldados, não era só o soldado que saía daqui formado. Eles pegavam garotos para fazer repressão e as pessoas hoje são extremamente traumatizadas por aquilo. Há pouco tempo saiu o livro do Eduardo Reina¹⁰, mostrando como você teve a apropriação de crianças no Brasil, ainda que diferente do caso Argentino. Temos muito para estudar, algumas cumplicidades da repressão, falar das empresas que foram financiadoras, entender essas empresas, pressionar para que abram seus arquivos. Entender a dinâmica local, como falei anteriormente. Fora os temas tabus e muitos lugares de memória para serem encontrados para a gente pleitear a recuperação desses espaços.

Um outro ponto que destacaria é entender o comportamento social das pessoas, as atitudes, porque são esses comportamentos sociais que permitem que a ditadura chegue e que permitem que, hoje, a gente tenha uma memória positiva da ditadura, também. Eu acho que, hoje, o grande tema, pensando Brasil, Argentina, Chile, é entender os comportamentos sociais. É um tema fundamental para a gente entender a própria ditadura e a sua própria dinâmica. Um tema que ninguém no Rio de Janeiro estudou, a ponte de Rio-Niterói, a construção da ponte em Rio-Niterói foi uma coisa que mexeu com Niterói inteiro. Vilas foram criadas, gente que veio do Nordeste, di-

10 REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim**. As histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

zem que tem falas de operários que viram Nossa Senhora Aparecida emergir da água. É um tema fabuloso que ninguém pegou ainda para fazer entrevista, estudar as pessoas, a construção da obra. Então, você tem a construção de Itaipu, por exemplo. Ali, você vai entender todos os maus-tratos e deslocamentos forçados, violações dos direitos humanos aos indígenas que tinham ali, que era um tema muito pouco falado, ventilado, mas as pessoas não pesquisaram a fundo.

TC: Quais são os principais cuidados que os jovens historiadores precisam ter, tanto para temas mais consagrados quanto para temas novos, que ainda não foram tão sofisticadamente visitados? Você já tangenciou um pouco, que é se apropriar da literatura, por exemplo, mas que outros cuidados são necessários?

Samantha Quadrat: Primeiro, como todo projeto de pesquisa, independente do período que você estuda, é saber o que foi produzido sobre aquilo. E saber inclusive, o factual, quem é quem. Então, é saber a história, saber a bibliografia, a referência, quem pesquisou, o que pesquisou, quando pesquisou. Quando fizer a crítica a esse trabalho, saber que muitas vezes aquele acervo era o que a pessoa tinha na época para produzir aquilo, e não tinha outra coisa. Eu acho que tem hoje um compromisso, como toda pesquisa, da seriedade, da construção de um trabalho ético, respeitoso às vítimas, de divulgação, e o que é fundamental, numa linguagem clara, que seja compreensível a todos. Isso, aliás, é uma luta que me somo a outros colegas, que a linguagem, a escrita seja uma redação clara para todo mundo. Agora, acho que é fundamental na hora da redação o compromisso com a fonte, enfim, isso são temas que todo mundo de qualquer pesquisa que você faça tem que ter, mas acho que, no caso da ditadura, ela exige uma sensibilidade do pesquisador. Uma sensibilidade de saber que ele está falando de um impacto na vida das pessoas até hoje e, como falei anteriormente, os documentos da repressão precisam ser questionados. Eles não são produzidos pensando que anos depois nós estaríamos lendo, pesquisando, questionando. Sensibilidade também porque às vezes você está lidando com familiares de mortos e desaparecidos e sobreviventes. Você está lidando com traumas. Então, é necessário que você tenha esse lugar de escuta

e essa sensibilidade para lidar com um tema que é traumático da nossa história. Tem que estar em sala de aula, seja da universidade seja da educação básica. Agora, a ditadura é um dos temas mais pesquisados da história do Brasil. E mesmo assim, ainda tem muita coisa. Quando vou para o arquivo, eu fico pensando: “*Nossa, olha que tema bom!*”. Tenho um caderninho que vou anotando temas de pesquisa que nunca farei porque não terei tempo e disposição, mas que um estudante pode se interessar em algum momento.

TC: Semana passada, na entrevista com o Airton de Farias, ele falou um pouco na questão do justicamento...

Samantha Quadrat: É um tabu. Não é um tema fácil de pesquisar. E eu acho muita coisa da memória, por exemplo, na Argentina quando vão saindo os primeiros julgamentos e tal, a narrativa sobre a esquerda excluía armas. Quem vai recuperar as armas são os filhos daqueles militantes que vão dizer: “*Não, eles eram revolucionários, sonhadores, não tinham armas*”. Isso é um ponto importante para os pesquisadores da ditadura: saber que a memória fala mais do presente do que do passado. Então, o que a gente escolheu lembrar hoje? E o que a gente escolheu esquecer? E pode ser que daqui a alguns anos, o que a gente esqueceu, apareça. O justicamento é um tema tabu, ainda. Outro tema, que na América Latina foi um tabu, foi a questão da violação sexual masculina. Isso é um tema que não se fala. Primeiro, porque o lugar da violência sexual é muito feminino, e segundo, que é difícil para um homem reconhecer que ele sofreu uma violência sexual. Ele não quer narrar sobre isso. Ele tem um trauma. Refletir, por exemplo, por que as mulheres da luta armada escreveram tão pouco. As grandes narrativas da luta armada são masculinas. As mulheres, de fato, escreveram muito pouco sobre esses espaços.

TC: A própria temática da homossexualidade, também, né?

Samantha Quadrat: Também, é uma coisa mais recente. Eu discordo de muita coisa que tem aparecido sobre esse tema, mas não é meu lugar de fala ou de pesquisa. Tem um tema também que eu acho ótimo, aqui no Brasil, que as pessoas não pegaram, que no Chile já saiu um estudo. Muitos desses centros de repressão, você tinha jovens soldados, gente com dezoito anos, que não eram torturadores,

mas eram quem limpava a cela, quem entregava a comida. No Chile, saiu um livro, há pouco tempo, sobre os soldados do Estádio Nacional. O autor, que é um norte-americano, entrevistou alguns desses soldados e os caras são super traumatizados. A maioria não era de Santiago. A maioria tinha recém entrado no exército e teve que conviver com toda aquela violência e não entendia o que estava acontecendo. Era devastador. Eu lembro que entrevistei Jessie Jane¹¹, que passou pelo DOI-CODI aqui no Rio, e ela falou: “*Me impressionava muito a idade dos soldados*”. Da mesma maneira que no Estádio Nacional, não se envolviam na repressão, mas viviam o seu cotidiano. No documentário “Soldados do Araguaia”, que comentei anteriormente, tem o lado dos garotos recrutados pelo exército, e que praticaram e testemunharam todo tipo de violência e que hoje vivem um trauma enorme. Uma experiência tão traumática que eles são atendidos pela Clínica do Testemunho, que é uma clínica voltada para o atendimento de vítimas do Estado. E eles foram declarados vítimas. Tem muita coisa para estudar. Ter um pouco de criatividade, uma visita ao arquivo, uma leitura da bibliografia, você acha bons temas, que mostram o quanto a ditadura está longe de ser um tema esgotado.

TC: Com relação ao jovem pesquisador, qual o conselho que se daria para um iniciante na pesquisa sobre ditadura. E com isso, gostaríamos que você falasse também com relação ao professor de história, pensando esse momento negacionista. Como pensar esses dois âmbitos: a pesquisa e o ensino nos dias de hoje?

Samantha Quadrat: Primeiro, resista! É fundamental. A lei está do nosso lado, faz parte do currículo e a gente tem a liberdade de ensino no país, ainda. Então, resista. Se não for possível, procure seus sindicatos e procure organizações que hoje lidam com a questão da escola sem partido e que estão dando todo tipo de assistência jurídica. Mas, eu acho que, dependendo do lugar, a autocensura já tem sido algo muito perceptível. Isso eu acompanho pelos meus ex-alunos que são professores. Segundo, estude! Não confie no que você só viu em filme

11 Jessie Jane Vieira de Souza é professora adjunta de História da América da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi militante da ANL, presa e torturada pela ditadura militar brasileira. Autora de: SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários:** a igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

ou que você lembra, ou que você ouviu falar. Eu acho que a História do Tempo Presente tem esse desafio, muitas vezes, o professor acha que ele precisa conhecer menos a bibliografia, porque ele tem uma proximidade de vida com o tema. A historiografia e a bibliografia mudaram muito. Então, eu acho que é estude, porque a partir do momento que você conhece muito bem aquele tema, você não fica tão rendido quando é questionado. Eu acho que esse é outro ponto, porque a gente vive... de fato, hoje, o professor de história, infelizmente, virou um inimigo público. Porque ensina a história da África, porque ensina a ditadura, porque ensina que o nazismo não foi de esquerda, porque debate gênero. Então, acho que a gente tem que estar muito bem preparado para todo tema, mas para esses temas a gente tem que estar preparado no sentido, inclusive, de antecipar possíveis questões. Saber que vai enfrentar, muitas vezes, a própria direção da escola; vai enfrentar pai, vai enfrentar colegas que discordam, na própria escola. Então, eu acho que, nesse ponto, é se cercar do conhecimento como uma arma política de enfrentamento mesmo. E ter certeza, embora com todas as dificuldades, que você está protegido pela lei. É fundamental ensinar repressão, mas é fundamental, também, ensinar o que é viver uma ditadura. Eu acho que isso é o principal ponto. *“Professor, como era no tempo da ditadura?”* Então, você tem que mostrar o cotidiano daquela ditadura para aquele jovem, adolescente, criança, entender que a ditadura é algo a ser questionada.

Uma das perguntas que muitos me fizeram quando eu estava falando dos projetos de ensino é com que idade a gente ensina sobre ditadura? Eu acho que tem uma questão que é ímpar, que a gente tem que trabalhar muito bem conceitos sobre ditadura, democracia, direitos humanos, alteridade, tolerância religiosa, porque quando esses temas chegam ao aluno, ele, automaticamente, vai olhar aquilo e vai dizer: *“isso não é legal”*. Então, você não precisa, óbvio, você não precisa pegar um primeiro segmento, começar a falar de ditadura, mas você tem livros, por exemplo, da literatura infantil, que é um tema que eu gosto muito, que permite que você trabalhe com aquela criança o que é autoritarismo, o que é ditadura, o que é um Estado autoritário, e você vai com a linguagem construindo isso. Então, você vai fomentando desde muito cedo valores democráticos, de respeito

às diferenças. Você vai fomentando, também, um estranhamento, que eu acho que é a grande questão do professor de história. O aluno tem que olhar aquilo e tem que achar que isso não é natural. Então, acho que quando a gente chegar no 9º ano, que é quando a ditadura, normalmente, entra, quando o nazismo entra, entra no século XX, aquele aluno tem que chegar nesse 9º ano com esses valores, para quando ele começar a estudar a

ditadura, ele entenda que um governo autoritário não é defensável, que a democracia é uma grande construção social, coletiva, que é fundamental na nossa vida. É importante que a gente tenha esses valores. Então, desde o mais novo, desde muito cedo você forma valores e elabora conceitos e que são fundamentais para condenação. Hoje, eu quero que o meu aluno saiba o que foi o AI-5, eu quero que ele entenda que aquilo foi algo ruim e que ele refute, veementemente, e que identifique que aquilo não é legal para Estado democrático.

TC: Quando a gente olha para esses outros países latino-americanos, qual é o nosso desafio, ainda? A sensação que eu tenho, às vezes, é que os outros países latino-americanos enfrentaram de forma mais direta o tema. Então, qual é o nosso desafio em termos de Brasil?

Samantha Quadrat: Eu acho que o primeiro ponto é a questão política em si. A própria ditadura brasileira que, comparada com os países vizinhos, a forma como foi organizada a saída dos militares do poder, não foi tão fácil como as pessoas pensam e falam. Por isso, eu falo e insisto, tem que se estudar a transição. Ela não foi algo tão simples assim. Agora, eu acho que a gente tem, no Brasil, um grande “complexo de cachorro vira-lata” quando olha os países vizinhos, principalmente, pela questão da justiça. Olha a Argentina e vê, enfim, uma série incrível de condenações que faz com que realmente a gente sinta uma inveja do que eles foram capazes de fazer.

É fundamental ensinar repressão, mas é fundamental, também, ensinar o que é viver uma ditadura. Eu acho que isso é o principal ponto. “Professor, como era no tempo da ditadura?” Então, você tem que mostrar o cotidiano daquela ditadura para aquele jovem, adolescente, criança, entender que a ditadura é algo a ser questionada.

Alguns pontos: não é dizer que a ditadura foi uma “ditabranda” no Brasil, mas a diferença do número de mortos e desaparecidos explica em parte essa mobilização da sociedade Argentina. São trinta mil. Teve uma época que um a cada cem argentinos tinha conhecido alguém que foi morto ou desapareceu. Então, você tem um impacto da violência, uma espetacularização da violência na ditadura argentina, muito forte e em um curto espaço de tempo. A ditadura Argentina é a mais curta de todas. Então, isso choca bastante. E quando ela chega, em 1976, já encontra uma série de organizações mundiais formadas, uma rede de direitos humanos que estava se formando. O momento em que os direitos humanos viram um grande arcabouço jurídico e de bandeira, o que é importante para a gente pensar as lutas que vão ser demandadas ali. A saída da Argentina, dos militares da Argentina após a guerra das Malvinas e, já, uma primeira comissão, que é a CONADEP,¹² que não é uma Comissão da Verdade, tem um caráter jurídico, mas já sabia que ali as pessoas seriam punidas. Isso nos anos oitenta. Mas no final dos anos oitenta você começa a ver os grandes acordos, nos anos noventa, a justiça para, retorna nos anos dois mil com o Néstor Kirchner¹³ e, depois, com Cristina Kirchner¹⁴, por pressão do Estado, por ser uma política do Estado. Quando o Mauricio Macri¹⁵ chega, isso para de novo.

Então, eu acho que a gente tem que pensar, também, essa dinâmica da Argentina, onde, de fato, a bandeira dos direitos humanos, durante muitos anos, ficou restrita à questão da ditadura. Eu tenho uma hipótese que, quando vem a transição no Brasil, a gente tinha uma série de movimentos, movimentos LGBT+, na época não tinha essa sigla, movimento negro, movimento das mulheres, da luta antimanicomial... quando vem a transição, esse pessoal entra no debate fortemente, e o debate da luta das vítimas da ditadura começa a ficar um pouco para trás. Eu acho que houve uma crença de que a demo-

12 Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas. Foi uma comissão criada pelo presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, em 15 de dezembro de 1983 com o objetivo de pesquisar as graves violações aos direitos humanos durante a ditadura argentina de 1976 e 1983.

13 Néstor Carlos Kirchner assumiu a presidência da Argentina durante os anos de 2003 a 2007.

14 Cristina Elisabet Fernandez de Kirchner assumiu a presidência da Argentina durante os anos de 2007 a 2015. Desde 2019 é vice-presidente da Argentina.

15 Mauricio Macri foi presidente da Argentina durante os anos de 2015 a 2019.

cracia resolveria todos os nossos problemas. A questão da Anistia foi fundamental naquele momento para uma repactuação, embora pouca gente destaque, mas os presos políticos não saíram pela Anistia, saíram por uma alteração da lei de Segurança Nacional. Nem todo mundo foi anistiado. Ela não foi ampla, geral e irrestrita. Isso é uma coisa que a gente tem sempre que ficar falando. Mas aí você vai para o Chile, um país, ainda hoje, com um grande número de simpatizantes do Pinochet¹⁶. Teve algumas condenações, que a gente, aqui, ainda não conseguiu fazer, o que é lamentável, que a gente ainda não tenha conseguido punir, nem que seja moralmente, vamos por assim dizer. Agora, a gente vê um pouco da justiça caminhando lentamente para alguns casos. Eu acho que tem uma questão, hoje, dessa memória que tem muito a ver com as políticas neoliberais, porque a narrativa desses últimos governos, seja Bachelet¹⁷, seja Cristina Kirchner, principalmente, falou de uma narrativa sobre a ditadura, muito pelo aspecto econômico, de condenação, de mostrar que teve falência, de mostrar que teve empresas que enriqueceram, mostrar que houve desemprego, que houve privatizações de vários setores importantes. E esses governos, Piñera¹⁸, Macri, são governos neoliberais. Então, para eles, também, não interessa que essa memória ligada a esse passado da ditadura que, não seja só sobre a repressão, mas também, sobre a questão econômica, que ele venha à tona, que ele seja discutido. No caso do Macri, ele desmobilizou completamente a área de ensino do Ministério da Educação na Argentina que era especializada na ditadura, um aspecto fortíssimo. Então, não dar mais dinheiro para Centro de tortura, reduzir museus, você vai reduzindo dinheiro. Você também quer se desvincular daquele passado ditatorial, porque sua empresa, seus amigos ganharam dinheiro. Então, eu acho que, embora a Argentina tenha esse salto qualitativo, que foi fundamental porque, também, durante a ditadura e no exílio, eles já estão falando *“essa ditadura vai acabar e a gente vai prender vocês”*. Então, eles já

16 Augusto José Ramón Pinochet foi um general do exército chileno que instaurou uma ditadura militar no Chile e a presidiu durante os anos de 1973 a 1990.

17 Verónica Michelle Bachelet Jeria esteve na presidência do Chile por dois mandatos. Primeiro mandato, 2006 a 2010 e segundo mandato, 2014 a 2018.

18 Miguel Juan Sebastián Piñera Echenique, atual presidente do Chile. Desde 2018, Piñera exerce seu segundo mandato. Seu primeiro mandato data de 2010 a 2014.

estão conversando com o pessoal do Tribunal de Nuremberg¹⁹, conversando com todas as redes transnacionais de direitos humanos... Então, também, já nos anos setenta, oitenta, tinham essa visão.

E aqui, eu acho que, na verdade, houve um grande pacto nacional de deixar para trás. Embora muitos dos perseguidos, outros militantes e pesquisadores como eu, sejam, obviamente, insatisfeitos com isso. Mas a gente vem com grandes derrotas dos anos oitenta, como a questão das Diretas Já, a morte do Tancredo Neves, uma crise econômica altíssima, um índice de violência altíssimo no país, de empobrecimento e, ao mesmo tempo, você culmina com uma constituição belíssima, com ex-perseguidos constituintes, com projetos fundamentais para a democracia, e aquela fase cola com oitenta e nove com a eleição do Collor. Então, você vive os anos oitenta entre uma euforia e uma tristeza o tempo inteiro. Mas eu acho que nossa capacidade de mobilização sobre esse tema ainda é pequena. Se a gente parar para pensar hoje, no Brasil, até 2010, a gente tinha mais de dez mil pessoas desaparecidas pela ação do tráfico, pela ação da polícia. Então, você tem que começar a discutir o que é o Estado brasileiro, não só ditadura. Eu acho que, talvez, se a gente um dia conseguir unir os dois debates, talvez se a gente fizesse uma reflexão maior do impacto desse Estado, que era um Estado violento também antes da ditadura e que, com a ditadura, obviamente, ele se identifica. Mas agora todos os países têm esses problemas. O Chile tem uma Fundação Pinochet de homenagem ao Pinochet. Então, a gente tem que olhar o “nós”, mas tem que olhar os outros também, a gente está mal, mas também, em alguns casos, não estamos sozinhos. Tem muito impacto, eu acho, no caso do Chile. Um país completamente dividido, até hoje, entre a Unidade Popular, o Allende, as propostas e o Governo, e o Pinochet. E isso é muito visível, ainda, no onze de setembro. Essa data convocante. Vamos ver ainda as manifestações na rua, na Argentina também. Eu acho que tem uma coisa interessante. Na Argentina, que você tem bons anos do governo Kirchner, tanto do Nestor quanto da Cristina, quando chega o Macri,

19 Logo após a Segunda Guerra Mundial, um tribunal se reuniu em Nuremberg, na Alemanha, com o objetivo de julgar os crimes cometidos pelos nazistas durante a guerra. De 1945 a 1949, o Tribunal de Nuremberg julgou 199 homens, sendo 21 deles líderes nazistas. As acusações foram desde crimes contra o direito internacional até de terem provocado de forma deliberada a Segunda Guerra Mundial. In: <https://www.historiadomundo.com.br/>.

é como que... óbvio que a sociedade argentina tem uma capacidade de resposta a algumas tentativas de desmobilização, mas outras vezes, não. Então, você pergunta o que é uma política de Estado? Que vai ter que passar por qualquer tipo de governo. Ou é uma política de governo? Ficou muito claro ali que eram como políticas de governo. Então, com uns avanços aqui, uns avanços ali, claro que a questão da justiça na Argentina é incomparável. Mas porque ela vem sendo discutida desde o início.

Mas a gente vem com grandes derrotas dos anos oitenta, como a questão das Diretas Já, a morte do Tancredo Neves, uma crise econômica altíssima, um índice de violência altíssimo no país, de empobrecimento e, ao mesmo tempo, você culmina com uma constituição belíssima, com ex-perseguidos constituintes, com projetos fundamentais para a democracia, e aquela fase cola com oitenta e nove com a eleição do Collor. Então, você vive os anos oitenta entre uma euforia e uma tristeza o tempo inteiro.



Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT,
em e-book formato pdf, com 244 páginas
Março de 2021

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Série
Território
Científico



Em 2021, 57 anos nos separam do início de um dos períodos mais sombrios da História brasileira. Apesar de mais de meio século ter se passado, nunca a ditadura civil militar esteve tão presente em nossas vidas, com a nova ascensão de uma ideologia política que apela para o extremismo nos moldes fascistas. Parece anacronismo, mas não há termo melhor para definir um grupo político que defende posicionamentos contrários à democracia, aos direitos básicos dos cidadãos, à existência de minorias, segundo o qual deve “se curvar ante a maioria”.

Em nenhum momento se produziu tanto conhecimento sobre a ditadura, felizmente, na maioria dos casos, conhecimento sério, embasado em fatos, em pesquisa, em reflexões coerentes. Em meio ao turbilhão negacionista e anticientífico, o trabalho dos onze entrevistados neste livro se mostra fundamental, pois produzir ciência nos dias atuais é, sim, um ato de resistência. Diante disso, nada melhor do que iniciarmos a série Território Científico com este tema tão atual e tão fundamental, afinal, a História, com agá maiúsculo, mais do que nos ajudar a registrar quem nós somos como povo, nos obriga a lembrar daquilo que preferiríamos esquecer, mas que não podemos, se quisermos preservar nossa humanidade.

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

ISBN 978-658742990-8



9 786587 429908